



TRABALHADORES DO SANTANDER EXIGEM RESPEITO

As demissões, o fechamento de agências, as terceirizações fraudulentas, o assédio institucionalizado e as condições de trabalho cada vez mais massacrantes estão motivando uma série de protestos do Sindicato dos Bancários de São Paulo contra o Santander.

Ao invés de buscar solução para esses problemas, que têm causado muita angústia entre os empregados e transtornos aos clientes, a direção do banco achou uma boa ideia tentar censurar o Sindicato por meio de um artifício jurídico chamado "interdito proibitório".

A alegação é que as atividades lúdicas – uma forma satírica de denunciar a superlotação e a sobrecarga de trabalho nas agências – estão ofendendo a imagem do banco.

ARGUMENTO FRACO

O argumento não se sustenta, porque interdito proibitório tem a finalidade de evitar a

posse de uma área privada, e o Sindicato não tem a menor intenção de ocupar qualquer agência do Santander.

Pelo contrário. A entidade realizava, em frente às unidades bancárias, um protesto pacífico para dar voz à angústia, à preocupação e à ansiedade dos trabalhadores.

Mas o Santander apostou na via do contra-ataque e da censura, ao invés de ouvir as denúncias e encontrar soluções.

"Essas atividades são um instrumento de protesto da categoria há anos. Os bancários sempre foram reconhecidos por sua criatividade e ironia. O humor sempre esteve presente nas manifestações. É uma forma de chamar a atenção para os problemas enfrentados e de pressão democrática para denunciar as condições de trabalho, cobrar melhorias e avançar nas negociações", afirma Lucimara Malaquias, secretária-geral do Sindicato e bancária do Santander.

“

Nós vamos continuar denunciando as decisões ruins, o desrespeito, a falta de funcionários, o fechamento de agências e o adoecimento dos bancários. O direito à divergência e de contestar o que está errado faz parte da democracia. E o Santander precisa aceitar isto.”



Lucimara Malaquias
Secretária-geral
do Sindicato
e bancária do
Santander

CENSURA DO SANTANDER REPERCUTE NA ALESP

O deputado estadual e ex-presidente do Sindicato, Luiz Claudio Marcolino, usou a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 12 junho, para denunciar a censura que o Santander tenta impor à entidade. "O Santander vai à justiça proibir a livre manifestação do

Sindicato dos Bancários de São Paulo sobre os desmandos contra trabalhadores e sociedade. O banco está descumprindo legislações, fazendo fraude trabalhista e fechando agências no nosso país e no nosso Estado. E este desrespeito, a sociedade não pode aceitar", afirmou o parlamentar.



SANTANDER: O ÚNICO QUE EXIGE COMPENSAÇÃO DAS HORAS NOS JOGOS DA COPA



O Santander foi o único grande banco que exigiu a compensação das horas não trabalhadas durante os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2026. A medida provocou forte insatisfação entre os bancários, que foram prejudicados já no jogo contra o Japão, no dia 29 de junho. “O Santander escancara mais uma vez a falta de consideração com os trabalhadores, justamente os responsáveis pelos lucros bilionários apresentados pelo banco. Esta

atitude lamentável se soma a dezenas de outras que só comprovam a falta de respeito do banco espanhol com os seus empregados e com os brasileiros”, critica André Bezerra, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Até o fechamento deste impresso, no dia 3 de julho, o Santander seguia se recusando a compensar as horas. Mas o Sindicato segue pressionando para que isto seja feito nos próximos jogos.

SANTANDER EXTINGUE DEZENAS DE CARGOS DE GA

Um dos motivos da piora das condições de trabalho e de atendimento nas agências – que vem motivando os protestos do Sindicato, os mesmos que o Santander tenta censurar – é a demissão de gerentes de atendimento. Foram mais de 50 em todo o Brasil e 10 só na base desta entidade, o que indica uma possível extinção deste cargo. Para piorar, uma semana antes do início dessas demissões, houve uma reunião entre o banco e o Sindicato para negociar a situação. Em mesa, o interlocutor da empresa negou que iam ocorrer demissões. “Fica o questionamento se o preposto do Santander estava despreparado e sem informações, ou se houve uma intenção deliberada de omitir detalhes e dados importantes”, afirmou Lucimara Malaquias, secretária-geral do Sindicato e bancária do Santander. “O banco apostou na terceirização, na flexibilização das relações de trabalho, demite, extingue cargo, fecha agências e reduz a muito menos do que o necessário o número de bancários para atender um



número cada vez maior de pessoas”, enfatizou a dirigente durante protesto para denunciar a superlotação e a sobrecarga de trabalho em um das duas únicas agências do Santander em Osasco, que tem mais de 760 mil habitantes. “Isso só corrobora com a nossa tese de que trabalhar no Santander é adoecedor, é desrespeitoso, é indigno. Uma das empresas mais lucrativas do país não pode se comportar de forma tão irresponsável. Santander, respeite a população brasileira. Queremos atendimento, contratação e negociação coletiva”, cobrou a secretária-geral do Sindicato.

QUEREM NOS CALAR, MAS NÃO VÃO CONSEGUIR

Nenhuma tentativa de censura vai nos intimidar. A todo custo seguiremos defendendo os bancários e denunciando os problemas no Santander



■ Mobilização para a Campanha Nacional dos Bancários chegou no Radar Santander



■ Ana Marta Lima, coordenadora da COE Santander: Para o êxito da nossa Campanha, a participação dos trabalhadores é fundamental



■ Radar é alvo de protesto para denunciar abusos do Santander



■ Lançamento na Torre da Campanha Nacional dos Bancários 2026



■ Sindicato denuncia a censura que o Santander tenta impor



■ ‘Sardinhada’ em Itaquera para denunciar demissões e fechamento de agências

TRABALHADORES DO SANTANDER ENTREGAM AO BANCO PAUTA DE REIVINDICAÇÕES



■ Entrega da pauta antecede o processo negocial para a renovação do ACT

No contexto da Campanha Nacional dos Bancários, representantes dos trabalhadores do Santander entregaram à direção do banco a pauta de específica de reivindicações. O documento reúne as principais propostas debatidas e consolidadas por bancários de todo o país. Entre as prioridades estão a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e aumento real nos salários, PLR, PPRS e demais remunerações. As reivindicações também incluem medidas para combater o fechamento de agências e de postos de trabalho, além de ações voltadas à diminuição da sobrecarga. A entrega formal da pauta de reivindicações, realizada na Torre, no dia 22 de junho, marca o início da fase de negociações e mobilizações em torno das demandas prioritárias dos trabalhadores do Santander na Campanha Nacional

dos Bancários 2026. “Temos grande expectativa para a nossa campanha salarial 2026, quando renovaremos a Convenção Coletiva de Trabalho de toda a categoria bancária, e também o acordo de trabalho do Santander. A minuta construída coletivamente por delegados de todo o Brasil espelha as demandas dos trabalhadores do Santander e cobra garantias para melhores condições de trabalho e mais valorização”, destaca Ana Marta Lima, diretora executiva do Sindicato e coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander. “Este ano será de extrema importância para a nossa categoria. Por isso, a mobilização e a participação de todos serão fundamentais para o êxito da nossa campanha. Acompanhe pelo site e redes do Sindicato as informações e chamados para plenárias e reuniões”, completa a dirigente.

SANTANDER ATACA DIREITOS DOS APOSENTADOS

Por meio de mudanças estatutárias e na governança, o Santander vem atacando, desde 2017, os direitos dos trabalhadores que se aposentaram e mantiveram direitos pós-emprego, como fundo de pensão e assistência médica. As vítimas são aposentados de bancos incorporados como Banespa, Bandepe e Sudameris.

O banco espanhol agora tenta usar como argumento uma Norma Regulamentadora da ANS (Agência Nacional de Saúde) para mudar o estatuto da Cabesp (Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo) visando tirar poder dos associados e transferir para o banco. Isso é visto como uma manobra para esvaziar a representatividade dos beneficiários e facilitar futura retirada de patrocínio. Essas investidas têm sido alvo de batalhas judiciais.

Com relação ao Banesprev, desde o fim de 2022, o Santander tenta retirar seu patrocínio do Plano II. O banco sofreu derrotas na Justiça e na Previc, mas os ataques causam insegurança nos aposentados que, para pagar as contas, dependem da complementação.

Em relação ao Bandeprev (fundo de pensão dos ex-empregados do Banco do Estado de Pernambuco), a proposta do Santander é a incorporação pelo SantanderPrevi. Retirando dos aposentados do Bandeprev todo o poder de fiscalizar e gerir os recursos do seu fundo de pensão.

Em agosto de 2025, o Santander comunicou que faria a extinção da Fundação Sudameris e descontinuará o pagamento da assistência médica para cerca de 500 trabalhadores oriundos do Banco Sudameris que se aposentaram trabalhando no Santander. O direito foi mantido através de uma liminar obtida na Justiça pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo.

“Apesar dos lucros bilionários, o Santander ataca os direitos dos trabalhadores da ativa através de fraudes na contratação e, ao mesmo tempo, desfere ataques sistemáticos aos direitos pós-emprego dos aposentados oriundos do Banespa, Bandepe, Sudameris, entre outros. Com essa postura, o Santander busca se livrar da sua obrigação em relação à assistência médica e aos fundos de pensão, e tenta transferir todos os custos para os

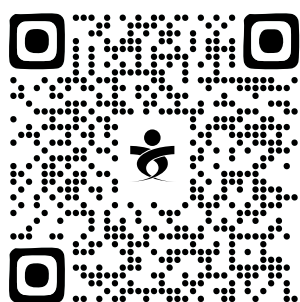
aposentados”, critica Vera Marchioni, diretora executiva do Sindicato.



LUTA PELO FIM DO FECHAMENTO DE AGÊNCIAS E MELHORIAS NO ATENDIMENTO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

O Sindicato está em luta permanente contra o fechamento de agências pelo setor bancário. Recentemente lançou a campanha “Eu quero mais agências” e pede sua assinatura no manifesto da campanha.

Assine, divulgue entre seus colegas e peça para amigos e familiares apoiarem também (acesse o QR code):



PL POR MAIS AGÊNCIAS E EMPREGOS

Além da campanha, o Sindicato construiu, em conjunto com o mandato do deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT), o Projeto de Lei 548/2026, que prevê contrapartidas para bancos públicos e privados com contratos com o poder público. Essa contrapartida será a de manter pelo menos uma agência funcionando nos municípios paulistas e com um quadro de funcionários não inferior à média dos três ou cinco anos anteriores no banco.

“O PL 548/2026 se inicia a partir de um diálogo com o Sindicato, juntamente com a Fetec-CUT/SP, contra o fechamento de agências bancárias no estado. Muitas delas são de regiões periféricas da capital ou de cidades onde há uma única agência. A partir dessa construção e de uma audiência pública surgiu como proposta a elaboração desse projeto, para

estancar esse processo”, explica o deputado, que é ex-presidente do Sindicato e aliado da entidade nessa luta.

O parlamentar também destaca que o acesso aos serviços bancários são um direito do cidadão, e que muitos não conseguem este acesso pelos meios digitais. “Quando o banco fecha uma agência nos pequenos municípios, a população é obrigada a buscar atendimento em outra cidade. Temos um problema sério também com os aposentados, que não conseguem utilizar os canais virtuais. Portanto, as pessoas precisam ter um contato presencial. As pessoas que recebem um benefício social, que precisam pagar um boleto, que precisam de um empréstimo ou receber sua aposentadoria. Essas pessoas precisam desse contato”, reforça Marcolino.

eu
quero
+
agências